


**A Pós-Graduação e a busca pelo diálogo com os jovens do Ensino Médio:
possibilidades e desafios**

**Postgraduate studies and the search for dialogue with young people High School:
possibilities and challenges**

**Los posgrados y la búsqueda del diálogo con los jóvenes de la Escuela Secundaria:
posibilidades y desafíos**

Fabiano Quadros Rückert¹

 <https://orcid.org/10.28998/2175-6600.2024v16n38pe18573>

Resumo: O artigo aborda o crescente interesse de pesquisadores da Pós-Graduação pelo diálogo com os jovens estudantes do Ensino Médio. O foco da abordagem incide (i) na diversidade de temas contemplados pelas pesquisas baseadas na interação com os jovens matriculados no Ensino Médio público e (ii) na multiplicidade de interesses e contextos que influenciam na escolarização deste segmento estudantil. Na Introdução do artigo, destacamos fatores que no transcurso das últimas décadas influenciaram no crescimento das pesquisas sobre os jovens e o Ensino Médio. Posteriormente, descrevemos a metodologia de seleção adotada e apresentamos o conjunto de textos selecionados. Na terceira sessão, analisamos o conteúdo dos respectivos textos, destacando as intencionalidades das pesquisas, os procedimentos metodológicos aplicados e os temas recorrentes.

Palavras-chave: Ensino Médio. Jovens. Pesquisas. Pós-Graduação.

Abstract: The article addresses the growing interest of postgraduate researchers in dialogue with young high school students. The focus of the approach is (i) the diversity of themes covered by research based on interaction with young people enrolled in public high school and (ii) the multiplicity of interests and contexts that influence the schooling of this student segment. In the Introduction of the article, we highlight factors that over the last few decades have influenced the growth of research on young people and high school. Subsequently, we describe the selection methodology adopted and present the set of selected texts. In the third session, we analyzed the content of the respective texts, highlighting the research intentions, the methodological procedures applied and the recurring themes.

Keywords: High School. Young people. Surveys. Postgraduate.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5680442438929143>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0887-5851>. Contato: fabianoqr@yahoo.com.br

Resumen: El artículo aborda el creciente interés de investigadores de posgrado en el diálogo con jóvenes estudiantes de secundaria. El enfoque del enfoque es (i) la diversidad de temas cubiertos por investigaciones basadas en la interacción con jóvenes matriculados en escuelas secundarias públicas y (ii) la multiplicidad de intereses y contextos que influyen en la escolarización de este segmento estudiantil. En la Introducción del artículo, destacamos factores que durante las últimas décadas han influido en el crecimiento de la investigación sobre los jóvenes y la escuela secundaria. Posteriormente, describimos la metodología de selección adoptada y presentamos el conjunto de textos seleccionados. En la tercera sesión analizamos el contenido de los respectivos textos, destacando las intenciones de investigación, los procedimientos metodológicos aplicados y los temas recurrentes.

Palabras clave: Escuela Secundaria. Jóvenes. Encuestas. Posgrados.

1 INTRODUÇÃO

No transcurso das últimas décadas a escolarização dos jovens no Brasil ganhou importância na produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação. Na área da Educação, o crescente interesse dos pesquisadores pelo tema pode ser constatado pela diversidade de trabalhos apresentados nos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e nos debates promovidos no contexto de implantação da Reforma do Ensino Médio.

Nos encontros da ANPEd, o volume de trabalhos que abordam a escolarização dos jovens é mais expressivo no GT03, intitulado Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos, e no GT18, intitulado Educação de Pessoas Jovens e Adultas; estando também presente no GT09 (Trabalho e Educação) e no GT14 (Sociologia da Educação), dentre outros.

Não é nosso objetivo revisar as pesquisas sobre a escolarização da juventude apresentados nos encontros da ANPEd – o que certamente seria um estudo relevante. Contudo, considerando o escopo do artigo, acreditamos ser pertinente registrar que o debate sobre a escolarização de jovens está presente há mais de 40 anos na agenda de pesquisa da Pós-Graduação em Educação. Dentro deste debate, podemos identificar como eixos temáticos relevantes e recorrentes, a relação dos jovens com o trabalho, a construção das culturas juvenis, o problema da evasão escolar, as particularidades do público atendido pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) e as iniciativas de reformulação do Ensino Médio,

O crescente interesse dos pesquisadores pela escolarização dos jovens foi influenciado por uma conjuntura de fatores sociais e políticos, dentre os quais destacamos (i) as alterações ocorridas no Ensino Fundamental na década de 1990; (ii) as mudanças promovidas pela Emenda Constitucional nº 59/2009; (iii) a implantação de programas voltados para incentivar a escolarização deste segmento populacional – como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Programa Nacional de



Inclusão de Jovens (Projovem), dentre outros; e (iv) e mais recentemente, as discussões decorrentes da Reforma do Ensino Médio.

Na década de 1990, o acentuado aumento na taxa de matrículas do Ensino Fundamental e as políticas de correção do fluxo escolar incentivadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) ampliaram expressivamente o número de brasileiros aptos para cursar o Ensino Médio, e por consequência, criaram uma demanda pela oferta de novas vagas na etapa final da Educação Básica (Brito, 2014; Krawczyk; Silva, 2017). Corretamente, Krawczyk e Silva (2017, p. 2) constataram que o crescimento do número de concluintes do Ensino Fundamental provocou “o deslocamento da seletividade escolar no país para níveis mais altos, desta vez centradas, sobretudo, no Ensino Médio e superior”.

O deslocamento supramencionado influenciou na aprovação da Emenda Constitucional nº 59/2009 (Brasil, 2009). Através desta, o Estado brasileiro ampliou o período de oferta educacional obrigatória e gratuita e determinou que a obrigatoriedade do ensino escolar abrange a faixa etária entre os 04 e os 17 anos de idade (Silva, 2020). No que diz respeito ao Ensino Médio, a supramencionada alterou a redação do Artigo 208 da Constituição Federal, incorporando o Ensino Médio na categoria de “ensino obrigatório e gratuito”. Ao interpretar o impacto da Emenda nº 59/2009 no ordenamento jurídico educacional, Queiroz (2014) argumenta que a obrigatoriedade da oferta da Educação Infantil e do Ensino Médio já estava contemplada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96). No entanto, uma vez inserida no texto constitucional, ela criou uma situação nova, uma vez que o titular do direito ao ensino obrigatório e gratuito (infantil, fundamental e médio), por meio do Poder Judiciário, pode constranger o Estado ao cumprimento do dever a ele imposto normativamente e, por conseguinte, ver satisfeita sua pretensão de acesso à educação (Queiroz, 2014, p. 45).

Ao reafirmar o compromisso do Estado com a obrigatoriedade da oferta da Educação Infantil e do Ensino Médio público, a Emenda 59/2009 colocou em pauta a necessidade de políticas públicas voltadas especificamente para estas duas etapas do ensino escolar. Posteriormente, estas necessidades foram incorporadas no Plano Nacional de Educação 2014-2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2014).

No que diz respeito aos programas de incentivo à escolarização dos jovens, e mais especificamente ao Projovem e ao Pronatec, importa reconhecer que eles envolvem múltiplos interesses: existe o interesse do Estado em prolongar a escolarização dos jovens para ampliar suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho; existe o interesse dos grupos empresariais [nacionais ou estrangeiros] em ter acesso à mão-de-obra jovem e qualificada; e existe o interesse dos próprios jovens que buscam no trabalho uma fonte de



renda e uma autoafirmação diante da sociedade adulta. Um aspecto interessante na dinâmica destes programas é a intenção de incentivar o acesso ao Ensino Médio para segmentos da juventude que possuem idade superior aos 17 anos. Neste sentido, estes programas podem ser considerados como complementadores e qualificadores da política nacional de Educação de Jovens e Adultos.

Nos últimos anos, a Reforma do Ensino Médio recebeu – e ainda recebe – a atenção de diversos pesquisadores da área da Educação. Instituída através da Medida Provisória n. 746 de 2016 (Brasil, 2016) e oficialmente implantada a partir da transformada na Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), a Reforma provocou alterações no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e introduziu no Ensino Médio uma nova estrutura curricular. Segundo Motta e Frigotto (2017), o governo Temer considerou a ampliação da carga horária e a reestruturação do currículo do Ensino Médio como medidas necessárias para elevar a capacidade de competição econômica no Brasil através da qualificação do capital humano. Na perspectiva do governo, a supressão de antigos componentes curriculares e a introdução dos “itinerários formativos” – previstos na da Base Nacional Comum Curricular – resultaria na composição de currículos mais atrativos para os jovens e atenderia expectativas do mercado de trabalho.

A perspectiva governamental foi contestada e criticada por diversos pesquisadores vinculados à ANPEd e a própria instituição, em múltiplas ocasiões, criticou as incoerências e os riscos decorrentes da Reforma. Na opinião da ANPEd, as mudanças introduzidas no contexto de implantação BNCC, desconsideram as desigualdades existentes no sistema de ensino escolar brasileiro e prejudicam “o acesso, a permanência e a formação, essencialmente, dos jovens das escolas públicas estaduais que são os mais vulneráveis socialmente” (ANPEd, 2023, p. 33).

A preocupação com a condição socioeconômica dos jovens que cursam o Ensino Médio, as dificuldades que este segmento da população encontra para se inserir no mercado de trabalho e as intervenções que o governo efetuou na carga horária e no Currículo do Ensino Médio são elementos importante para compreender o crescente interesse dos pesquisadores da Educação pela escolarização dos jovens. Estes elementos coexistem com mudanças de ordem epistemológicas que em linhas gerais apontam para a valorização das culturas juvenis e para a necessidade de construção de diálogo entre os jovens e os demais segmentos da sociedade.

Considerando o que foi o exposto, e sem a pretensão de abordar todas as variáveis da escolarização dos jovens, acreditamos ser pertinente compartilhar com o leitor o resultado de uma revisão bibliográfica cuja finalidade foi identificar e analisar um conjunto



de artigos produzidos a partir do diálogo entre pesquisadores da Pós-Graduação e jovens do Ensino Médio.

2 NOTAS SOBRE A SELEÇÃO DOS ARTIGOS

No intuito de compor uma amostra das pesquisas que a Pós-Graduação em Educação desenvolve a partir do diálogo com jovens do Ensino Médio, adotamos os seguintes procedimentos metodológicos: (i) inicialmente, consultamos o banco de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO) e a partir dos descritores “jovens” e “Ensino Médio” localizamos um conjunto de 273 artigos; (ii) posteriormente, realizamos a leitura dos títulos e resumos dos 273 artigos para selecionar os que apresentavam resultados de pesquisas baseadas no diálogo com os jovens do Ensino Médio; (iii) durante a leitura dos títulos e resumos excluímos os artigos que tratavam de aspectos específicos de uma determinada disciplina curricular; os que analisavam o Ensino Médio com ênfase na perspectiva de docentes e gestores; os que abordavam questões de gênero, sexualidade e raça; os que exploravam a interação dos jovens com as mídias e a cibercultura, e os que analisavam a escolarização juvenil em outros países.

Os critérios de seleção e exclusão aplicados resultaram num conjunto de treze artigos. No Quadro 01, apresentamos o conjunto selecionado, o número de participantes em cada pesquisa, as referências geográficas do local onde pesquisa foi realizada, e o Código de Identificação que atribuímos para cada um dos textos.

A observação do Quadro 01 permite constatar um expressivo crescimento nas pesquisas no período posterior a 2010. Está constatação corrobora nossa hipótese de que a implantação da Emenda Constitucional nº 59/2009 e as mudanças curriculares produzidas no contexto da implantação da Lei nº 13.415/2017 influenciaram no interesse dos pesquisadores pela escolarização dos jovens matriculados no Ensino Médio. No entanto, se considerarmos que a SciELO foi criada em 1996 e que o processo de incorporação das revistas acadêmicas na plataforma ocorreu de forma gradual, seria incorreto afirmar que não existiam pesquisadores publicando artigos sobre os jovens e o Ensino Médio na década de 1990.



Quadro 01 – Artigos selecionados

Autor(es)	Nº de participantes	Espacialidade da pesquisa	Código de Identificação
FRANCO; NOVAES (2001)	481	São Paulo (SP)	01
SPOSITO; GALVÃO (2004)	2.093 na primeira etapa e 11 na etapa final	São Paulo (SP)	02
LUCIANE; PETTERS (2008)	41 na primeira etapa e 10 na segunda	“município litorâneo do interior de Santa Catarina”	03
SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES 2009)	753	São Paulo (SP)	04
LEÃO; DAYRELL; REIS (2011)	245	Moju, Santarém, Belém (PA)	05
REIS (2012)	271	São Paulo (SP)	06
PEREIRA; SILVA (2014)	218	Maceió (AL)	07
BERNARDIM; SILVA (2016)	4.000 na primeira etapa e 72 na segunda etapa	Região Metropolitana de Curitiba (PR)	08
CORREA; CUNHA, (2018)	3.108 jovens responderam ao questionário na primeira etapa da pesquisa ²	Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG)	09
MELO; LEONARDO (2019)	08	Maringá (PR)	10
ZIMMERMANN; SOCORRO (2020)	11 entrevistas, sendo 04 usasas no artigo	Coxim (MS)	11
OLIVEIRA; SILVA (2021)	27 na primeira etapa e 12 na segunda	Recife (PE)	12
SILVA; LEITE; PONTES (2023)	717	Sorocaba; Santos e São Paulo (SP)	13

Fonte: elaborado pelo autor a partir da consulta na SciELO³

Um aspecto que merece destaque no conjunto dos textos selecionados e que não se revela no Quadro 01, é a recorrência do uso de questionários e da realização de grupos focais para coleta das informações analisadas nas pesquisas que originaram os artigos. Os questionários e os grupos focais são os procedimentos metodológicos mais usados e em

² Neste artigo não consta o número de jovens que participaram dos Grupos Focais, na segunda etapa da pesquisa.

³ A consulta que originou o presente artigo foi realizada na SciELO em outubro de 2024.



determinadas pesquisas eles coexistem com observações do cotidiano escolar; entrevistas individuais; com “inventários de saber” e com a realização de rodas de conversa entre os pesquisadores e os jovens.

Sob o ponto de vista das metodologias aplicadas, o conjunto comporta duas exceções interessantes: na pesquisa que originou o artigo 06 a autora aplicou um questionário sobre o clima escolar para um conjunto de 2.093 jovens, e, posteriormente, usou 271 “inventários de saber” para coletar informações sobre os sentidos atribuídos à escola e aos estudos pelos jovens participantes da pesquisa; (2) e na pesquisa geradora do artigo 10 os autores não aplicaram questionários e abordaram as percepções dos jovens sobre o Ensino Médio a partir de “entrevistas individuais”.

Geograficamente, os artigos do Quadro 01 apresentam pesquisas procedentes das cinco macrorregiões do Brasil, com predomínio das regiões Sudeste e Sul. A maior parte das pesquisas foram realizadas em capitais estaduais ou em regiões metropolitanas. Neste aspecto, as exceções ficam por conta das pesquisas que originaram os artigos 03, 10 e 11.

Na sequência do presente texto, vamos descrever as intencionalidades e os procedimentos metodológicos das pesquisas que originaram cada um dos 13 artigos selecionados, e, de forma sucinta, vamos destacar os temas recorrentes. A nossa abordagem não contempla aspectos teóricos, mas em determinadas situações, vamos inserir no corpo do texto, ou em notas de rodapé, informações de cunho teórico.

3 O QUE AS PESQUISAS DIZEM SOBRE OS JOVENS DO ENSINO MÉDIO?

O artigo 01 apresenta os resultados de uma pesquisa realizada por Franco e Novaes (2001) com 481 jovens matriculados no segundo ano do Ensino Médio em 10 escolas da “Grande São Paulo”. Nesta pesquisa, os autores aplicaram um questionário composto por 62 questões para coletar informações sobre o perfil socioeconômico dos jovens e para conhecer as representações que eles possuem sobre a escola e sobre o Ensino Médio. Os participantes da pesquisa, apesar de matriculados na mesma série, formavam um grupo heterogêneo porque frequentavam o Ensino Médio em turnos distintos (matutino, vespertino e noturno). Dentro do amplo conjunto de informações coletadas pelos autores, destacamos as que dizem respeito à precoce e precária inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Da totalidade dos alunos pesquisados, 70% declaram que não contam com qualquer tipo de atividade remunerada no momento, embora 50% afirmem que estão em busca de um emprego, seja ele qual for. Como era de se esperar, a proporção dos estudantes trabalhadores é sensivelmente maior (53%) dentre



aqueles que frequentam o período noturno do que entre os que estão no diurno (13%). [...]

Cabe ressaltar que, em 40% dos casos, a jornada de trabalho é pesada, ultrapassando 40 horas semanais. Além disso, daqueles que estão empregados em empresas ou similares, 54% não possuem carteira profissional de trabalho e, todos, em geral, contam com uma remuneração salarial muito baixa, já que seus rendimentos não chegam a ultrapassar dois salários mínimos (Novaes; Franco, 2001, p. 177).

Os dados da citação registram a precária situação laboral de um grupo de jovens que cursavam o Ensino Médio em 2001, ano da publicação do texto de Novaes e Franco. Neste mesmo ano, Sposito e Galvão iniciaram a pesquisa que resultou na publicação do artigo 02. O lócus da sua execução desta pesquisa foi uma escola pública da rede estadual de São Paulo, localizada na capital, “numa zona limite entre o centro e a periferia sul”. Nesta instituição, os pesquisadores realizaram três procedimentos de interação com estudantes do Ensino Médio matriculados nos três turnos. Inicialmente, aplicaram um questionário para 2.093 estudantes (73% do total de alunos que matriculados na escola, no ano letivo de 2001). Na sequência, apresentaram os resultados do questionário para grupos de alunos voluntários e realizaram cinco encontros para discutir os dados coletados na etapa inicial. Posteriormente, realizaram “onze entrevistas individuais com alunos que haviam participado dos grupos” (Sposito; Galvão, 2004, p. 351).

O questionário ofereceu um panorama sobre o “clima” da escola e apontou os principais problemas que afetavam o cotidiano dos estudantes. A pergunta “qual o problema mais importante para resolver na sua escola?” apresentava as seguintes alternativas para resposta: “problemas escolares, agressividade, discriminação/preconceito/drogas”. A maior parte dos estudantes (46,73% dos alunos e 47,07% das alunas) marcou a primeira opção; e com esta resposta, expressaram a preocupação com a aprendizagem e a qualidade do ensino (Sposito; Galvão, 2004, p. 354-355).

As respostas para questões sobre furto, roubo, tráfico de drogas, vandalismo e brigas apresentaram pequenas variações em relação ao turno do curso. Os jovens que frequentavam o vespertino (e que correspondiam ao primeiro ano do Ensino Médio) concederam maior atenção ao problema da indisciplina e às agressões verbais; enquanto que os estudantes do matutino e do noturno demonstraram maior preocupação com as dificuldades de aprendizado, com as relações entre professores e alunos e com as drogas.

O artigo de Sposito e Galvão (2004) destaca, a partir das palavras dos estudantes, as dificuldades de aprendizado que eles enfrentam. Nestas palavras, surgem críticas para determinadas práticas docentes e também elogios para os docentes que demonstravam uma efetiva preocupação com o aprendizado e a estima dos estudantes. O problema da



“bagunça” também ganhou importância nas entrevistas e dividiu a opinião dos entrevistados: alguns entendiam que os “bagunceiros” deveriam ser punidos com mais rigor; outros, argumentaram que a “bagunça”, apesar de prejudicial para o aprendizado, seria algo aceitável no ambiente escolar.

A pesquisa que resultou no artigo 03 priorizou a análise da situação laboral de jovens que frequentam o Ensino Médio noturno numa escola de Santa Catarina. Um conjunto de 41 jovens respondeu ao questionário aplicado na etapa inicial, e, posteriormente, 10 participaram do grupo focal proposto pelos autores. Cada um dos procedimentos metodológicos usados atendeu uma finalidade específica: o primeiro (a aplicação do questionário) resultou na coleta de informações sobre o perfil do grupo de estudantes e sobre as atividades laborais que desenvolvem; o segundo procedimento (o grupo focal), possibilitou “esclarecer e aprofundar algumas questões apontadas no questionário, contemplando as estratégias que adotam no mundo do trabalho e na educação na sociedade atual.” (Luciane; Petters, 2008, p. 411).

A partir das informações coletadas no questionário e das falas produzidas pelos jovens no grupo focal, as autoras constataram que a maior parte dos participantes indicaram a seguinte ordem de prioridades nas suas vidas: a família, o trabalho e os estudos. As duas primeiras prioridades, apesar de distintas, se encontram conectadas e se complementam, uma vez que é recorrente, entre os jovens de famílias de baixa renda, a necessidade de contribuir financeiramente com o sustento da família – e a contribuição só pode ser efetivada por meio do trabalho. Desprovidos do trabalho, alguns se sentem desmotivados para o estudo e outros expressam sentimento de culpa pela situação financeira da família.

Diante das adversidades que muitas famílias enfrentam e da expectativa que o jovem possui de obter sua renda para diminuir – ou mesmo romper por completo – os vínculos de dependência financeira dos pais, a conclusão do Ensino Médio perde importância e a situação laboral se configura como prioridade. No entanto, o mercado de trabalho oferece diversos obstáculos para a inserção dos jovens. No grupo pesquisado por Luciane e Petter (2008), predominam situações de trabalho informal em atividades de curta duração e baixa remuneração; a procura por um novo emprego é constante e apenas 1% do grupo nunca trabalhou. Inseridos num mercado de trabalho instável e frequentemente expostos à informalidade, os jovens que frequentam o Ensino Médio noturno – em Santa Catarina ou em outras localidades do Brasil – se defrontam com uma realidade difícil e muitas vezes concluem “que a escola não os qualifica para exercerem uma atividade profissional” (Luciane; Petters, 2008, p. 414).



A pesquisa que originou o artigo 04 foi baseada na teoria Psicossocial de Erikson e usou um questionário voltado para a interpretação do estado identitário dos jovens. O público alvo foi composto por um grupo de 753 estudantes do Ensino Médio de escolas públicas da região sul do município de São Paulo. Os participantes responderam ao instrumento de pesquisa denominado Extended Objective Measure of Ego-Identity Status [EOMEIS-2]. Por meio deste instrumento, Schoen-Ferreira, Aznar-Fariasa e Silvaes (2006) avaliaram o processo de desenvolvimento da identidade dos jovens, identificando os que se enquadravam em situação de “difusão”, “pré-fechamento” e “moratória” e os que apresentavam uma “identidade estabelecida”. A maior parte dos jovens participantes se encontrava em situação de “moratória”, e, conseqüentemente, estavam vivenciando a transição entre a adolescência e o mundo adulto e mesclavam elementos comportamentais das duas etapas da vida. Segundo os autores, no quesito gênero, o conjunto apresentou diferenças no processo de construção identitária: “As adolescentes do sexo feminino apresentaram-se mais em moratória e identidade estabelecida, e os meninos mais em pré-fechamento e difusão de identidade” (Schoen-Ferreira; Aznar-Fariasa; Silvaes, 2006, p. 329).

A ideia de que existe uma “moratória social” imposta pela sociedade adulta, apesar de não ser consensual entre os pesquisadores, oferece uma interessante perspectiva teórica para a interpretação do comportamento dos jovens. Dentro desta perspectiva, a juventude seria uma fase da vida marcada pelo desafio de responder as expectativas que a sociedade adulta projetou. E diante deste desafio, os jovens produzem múltiplas respostas: alguns se esforçam ao máximo para atingir “modelos” de comportamento considerados adequados pelos adultos [o que inclui a conclusão do Ensino Médio e o ingresso no mercado de trabalho]; outros, se sentem frustrados por não atenderem plenamente as expectativas adultas, e há também o grupo dos jovens que rejeitam os “modelos” e que manifestam a rejeição abandonando a escola e adotando comportamentos considerados imprudentes e agressivos pela sociedade adulta.

A diversidade de comportamentos juvenis e o fato de que a juventude é um período de construções e desconstruções identitárias são ideias recorrentes nos estudos que buscam o diálogo com os jovens. Estas ideias também estão presentes no artigo 05. Neste, Leão, Dayrell e Reis (2011) apresentam os resultados de uma pesquisa realizada com 245 jovens do Ensino Médio no estado do Pará (PA). Para adentrar no universo das culturas juvenis e explorar as percepções dos jovens sobre o Ensino Médio, os autores dividiram o conjunto total de participantes em doze “Grupos de Diálogos” e para todos os grupos



apresentaram um vídeo – elaborado pelos próprios pesquisadores - para estimular a interação e o diálogo.

Durante os “Grupos de Diálogos” foram coletadas informações sobre o projeto de vida dos jovens. Segundo os autores:

Uma grande parte dos jovens expressou seus projetos de uma forma mais geral, sem mencionar os meios e as estratégias necessárias para alcançá-los. No geral, expressaram o desejo da finalização do ensino médio e a continuidade dos estudos em um curso superior que lhes possibilitassem ter acesso a uma profissão, em formulações que apareciam mais como um sonho do que uma meta a ser perseguida (Leão; Dayrell, Reis, 2011, p. 1.075).

A imprecisão na definição do projeto de vida dos jovens e falta de estratégia para alcançá-los coexiste com uma experiência precoce da inserção no mercado de trabalho e com a preocupação dos jovens com a situação da família. O desejo de ter “boas condições de sustento” e a expectativa de constituir família também estão presentes nas falas dos participantes.

No intuito de interpretar a relação que os jovens estabelecem entre a escola, sua situação familiar e o projeto de vida, os autores recorreram ao conceito de bricoleur usado por Lévi-Strauss para explicar processos criativos decorrentes de situações imprevistas. No ato do bricoleur, o jovem do Ensino Médio responde as contingências sociais e vai adaptando o seu projeto de vida às circunstâncias do momento. Nestas condições, “os projetos de vida tendem a ser elaborados na medida da experimentação de si no contexto de um determinado campo de possibilidades, sem metas rígidas, em um processo de exploração marcado pela provisoriedade” (Leão; Dayrell, Reis, 2011, p. 1.080).

De fato, para os jovens do Ensino Médio, a construção de um “projeto de vida” parece ser uma tarefa demasiadamente abstrata e até certo ponto desconectada das suas prioridades e preferências. Pressionados pela sociedade adulta, os jovens muitas vezes se defrontam com uma realidade que tende a desvalorizar suas experiências e seu repertório cultural. E, com frequência, o sistema escolar participa desta desvalorização.

A distância entre o que a escola apresenta como um saber necessário e os saberes que os jovens consideram importantes está presente no artigo 06 que foi publicado por Reis, em 2012. No período entre 2001 e 2004, Reis usou diferentes instrumentos metodológicos para investigar as relações que os jovens do Ensino Médio estabelecem com os saberes escolares. Inicialmente, a autora aplicou um questionário sobre o clima escolar para 2.093 jovens de instituição pública de Ensino Médio, localizada em São Paulo. Em 2002, Reis prosseguiu na interação com os jovens da mesma escola e coletou informações sobre o que pensavam e sentiam a partir 271 “inventários de saber”, e,



posteriormente, em 2003 realizou entrevistas semiestruturadas com alunos que no ano anterior escreveram os “inventários”. Na etapa final da pesquisa, ela realizou a triangulação dos dados.

Dialogando com as proposições teóricas de Bernard Charlot, a autora do artigo 06 constatou que os jovens com os quais interagiu durante três anos, dividem suas energias entre o aprendizado das disciplinas escolares e o aprendizado relacional decorrente do convívio com outros jovens e com os professores, no ambiente escolar. O primeiro tipo de aprendizado se desenvolve a partir de “atividades intelectuais” que eles reconhecem como importantes para o futuro, mas que nem sempre possuem conexão com a realidade. O segundo tipo, apesar de não previsto no Currículo formal, é muito importante porque envolve, dentre outras coisas, a construção identitária, a expectativa de aceitação pelo grupo, as situações de preconceito e o desafio de conviver com opiniões e comportamentos divergentes (Reis, 2012).

Na opinião dos jovens participantes da pesquisa que originou o artigo 06, a postura dos docentes pode impactar de forma positiva ou negativa na maneira como eles recebem o conteúdo escolar e também pode impactar no desempenho que apresentam. Segundo Reis (2012, p. 647):

[...] os jovens com mais dificuldades sentem vergonha de perguntar em sala de aula. Uma parte dos alunos investe no trabalho escolar somente quando gosta do professor. Caso contrário, tais alunos desistem de aprender o conteúdo de determinada disciplina, sobretudo quando se sentem incapazes de apreender o que foi ensinado. Percebe-se, no entanto, que está desistência não é encarada como normalidade; ao contrário, representa sofrimentos que eles carregam no processo de escolarização.

O sofrimento dos jovens diante das dificuldades de aprendizado não é um assunto de pouca importância e o mesmo pode ser dito em relação a expectativa que eles possuem de que seus saberes e experiências culturais juvenis tenham espaço e valor no ambiente escolar.

A reflexão sobre os saberes e culturas juvenis também está presente no artigo 07 que foi escrito por Pereira e Reis (2014).⁴ O texto apresenta os resultados de uma pesquisa realizada pelas autoras no período entre 2010 e 2012, numa escola pública de Maceió (AL). Refutando uma visão de juventude generalista e centrada em características biopsicológicas, as autoras coletaram dados sobre as práticas de sociabilidade dos jovens, dentro e fora do ambiente escolar. A pesquisa foi composta de duas etapas: na primeira,

⁴ Consideramos pertinente registrar que pesquisadora Rosemeire Reis é autora do artigo 06 e coautora do artigo 07. Trata-se do único nome presente em dois textos do Quadro 01.



realizou-se “um estudo exploratório” através de um questionário respondido por 218 jovens, todos matriculados no Ensino Médio; na segunda, a interação com os participantes realizou-se através de “grupos de discussão” e entrevistas individuais.⁵ Dentre os dados coletados por Pereira e Reis, destacamos as informações sobre práticas de lazer e diversão vivenciadas pelo grupo.

Quando questionados sobre os lugares que frequentaram no ano em curso para se divertir, 80% respondeu “festas” e 69% respondeu “praia”. Segundo Pereira e Reis (2014, p. 164-165): “A terceira atividade de diversão mais citada pelos estudantes foram os *shows*, num total de 44% dos alunos. Apenas 7% dos estudantes disseram ter ido ao museu e 8% deles foram ao teatro. O cinema foi um espaço citado por 19% dos estudantes.” No intuito de compreender os espaços de sociabilidade dos jovens, as autoras perguntaram qual o lugar que eles preferiam estar na companhia dos amigos e “a grande maioria dos jovens apontou a escola como lugar preferido, totalizando 83% das respostas.” (Pereira; Reis, 2014, p. 168).

A pesquisa de Pereira e Reis corrobora a função da escola como um espaço usado pelos jovens para construção de sociabilidades – uma função que também é reconhecida e investigada por autores como Dayrell (2007; 2009), Pais (2008) e Gil e Steffner (2016), dentre outros.

Sem desconsiderar a importância do espaço escolar para a sociabilidade juvenil, Bernardim e Silva (2016) concentraram a investigação nas relações que os jovens do Ensino Médio estabelecem com o trabalho. Os autores do artigo 08 aplicaram um questionário para “mais de 4.000 estudantes em 18 estabelecimentos de Ensino Médio”, na Região Metropolitana de Curitiba (PR). Na sequência, realizaram o procedimento metodológico de grupo focal com 72 estudantes do último ano do Ensino Médio Integrado.

A coleta de informações a partir do grupo focal, inevitavelmente, reduz o número de participantes da pesquisa. No entanto, este procedimento metodológico permite que um determinado pesquisador estabeleça uma relação mais próxima com os sujeitos envolvidos na sua pesquisa. Reunidos em grupos menores, e participando voluntariamente, os jovens sentem maior segurança para externalizar percepções e sentimentos que dificilmente poderiam ser registrados num questionário convencional.

⁵ O artigo não informa quantos jovens participaram da segunda etapa. Considerando que a finalidade dos “grupos de discussão” consiste em ampliar o diálogo e possibilitar uma interação mais direta entre o pesquisador e o público, podemos inferir que o número tenha sido inferior aos 218 que responderam o questionário.



No caso específico da pesquisa geradora do artigo 08, durante os encontros de grupo focal, os pesquisadores registraram a opinião dos estudantes a respeito das vantagens e desvantagens de cursar o Ensino Médio Integrado – modalidade que possui um currículo com ênfase na formação profissional e com duração de quatro anos. A maior parte dos 72 jovens que participaram da segunda etapa da pesquisa, considerou positiva a escolha pelo Ensino Médio Integrado. Apenas 07% expressaram arrependimento e argumentaram que “a Educação Profissional não prepara para o vestibular” e que “o tempo de duração dos cursos é muito longo” (Bernardim; Silva, 2016, p. 223). Para a maior parte dos jovens participantes desta pesquisa, o Ensino Médio Integrado, apesar de mais extenso, foi considerado o mais adequado para as expectativas de inserção no mercado de trabalho e aumento de renda. Segundo Bernardim e Silva (2016, p. 221-222): “Às vezes, há tanta ênfase e entusiasmo com o curso técnico que os estudantes acabam até supervalorizando o seu papel como passaporte para a obtenção de emprego e/ou para o prosseguimento dos estudos”.

Convencer os jovens do Ensino Médio de que o esforço necessário para o prolongamento da escolarização será recompensado com melhores oportunidades de trabalho e ganhos salariais é certamente um dos grandes desafios do sistema público de ensino.

A ideia de que é necessário convencer os jovens sobre a importância de concluir o Ensino Médio não é nova no Brasil, contudo, ela tem se fortalecido nas últimas décadas. Exemplos recentes da materialização desta ideia podem ser encontrados na campanha publicitária realizada durante a implantação do “novo” Ensino Médio e na campanha publicitária de divulgação do Programa Pé-de-Meia, recentemente instituído pela Lei nº 14.818 de 16 de janeiro de 2024 (Brasil, 2024). Recuando no tempo, e analisando o fenômeno no âmbito dos governos estaduais, podemos encontrar a mesma ideia no projeto *Reinventando o Ensino Médio* (REM) implantado pela rede estadual de educação de Minas Gerais no período 2012-2014.

Os aspectos gerais do REN e a percepção dos jovens sobre o projeto foram investigados pelas autoras do artigo 09. Correa e Cunha (2018) acompanharam a fase piloto do projeto que abrangeu 33 escolas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG) e desenvolveram uma pesquisa ampla que envolvia gestores, docentes e estudantes. Em linhas gerais, o projeto promoveu uma ampliação na carga horária do Ensino Médio nas escolas contempladas e possibilitou que os alunos escolhessem duas áreas de



“empregabilidade” dentro de uma lista de dezoito ofertadas pelo governo de Minas Gerais.⁶ Na teoria, o REM era interessante e apresentava similaridades com a Reforma do Ensino Médio promovida pelo governo federal em 2017, na medida em que ambos articulavam ampliação de carga horária e valorização da “empregabilidade” no Currículo do Ensino Médio. Mas na prática, o REM apresentou graves problemas operacionais.

Correa e Cunha (2018) constataram que os jovens foram envolvidos no projeto sem receber as orientações necessárias e sem um entendimento de como as atividades voltadas para a “empregabilidade” seriam ofertadas. Os relatos coletados nos Grupos Focais também registram problemas como limitações de infraestrutura nas escolas e as dificuldades geradas para os docentes com a mudança curricular. Segundo Correa e Cunha (2018, p. 26);

O olhar discente sobre o REM tende a nos dizer que, na vivência cotidiana da maioria dos jovens alunos entrevistados, o projeto tinha potencialidades, mas redundou-se à oferta de um sexto horário.⁷ Oferta essa que, no caso de jovens trabalhadores matriculados no período diurno, inviabilizava ou dificultava sobremaneira a articulação escola e trabalho. A implementação do REM levou muitos alunos à troca de escolas ou à perda de empregos também pela dificuldade de compatibilizar o sexto horário com horário de almoço - que era oferecido em pouquíssimas escolas, dada as condições estruturais dos estabelecimentos de ensino - e o horário de entrada no trabalho.

Para os jovens do ensino noturno esse “sexto horário” nem chegou a existir. Isso significa que se encontraram, mais uma vez e em razão das suas necessidades de buscar trabalho, impedidos do efetivo acesso às políticas educacionais proporcionadas aos jovens do ensino diurno.

A citação supramencionada evidencia os impactos das mudanças promovidas pelo REM na vida dos jovens matriculados nas escolas do projeto. E paradoxalmente, apesar de serem os sujeitos mais interessados e mais impactos pelas mudanças, os jovens não participaram das discussões e decisões que resultaram na implantação do REM e não foram consultados quando em 2015 o governo de Minas Gerais extinguiu o projeto (Correa; Cunha, 2018).

O artigo 09 não informa o número de jovens que participaram dos grupos focais. No entanto, isto não diminui a importância do exercício de escuta realizado pelas autoras e não compromete a qualidade da reflexão desenvolvida.

⁶ Correa e Cunha (2018, p. 3) afirmam que “a novidade do REM consistiu na ampliação da carga horária anual de 2500 para 3000 horas, distribuídas ao longo de três anos, destinadas ao desenvolvimento da formação geral e específica. A formação geral, cuja finalidade é, dentre outras, aprofundar e consolidar os conhecimentos apropriados no ensino fundamental estaria contemplada nos Conteúdos Básicos Comuns (CBCs). A formação específica, cujo escopo era ampliar o espectro de atuação e inserção profissional, consistiu na oferta de um acervo de áreas de empregabilidade que permitiriam aos estudantes construir seu próprio percurso acadêmico.”

⁷ No contexto do REM, o “sexto horário” correspondia ao tempo adicional de estudo diário incorporado no currículo escolar para contemplar a formação profissional.



A priori, uma pesquisa não se qualifica pela quantidade de sujeitos participantes. No Quadro 01 predominam pesquisas que contemplam um número expressivo de participantes. Destoando do conjunto, o artigo 10 foi construído a partir de entrevistas individuais realizadas com 08 jovens do Ensino Médio, todos estudantes de escolas públicas estaduais, localizadas no município de Maringá (PR). Quantitativamente, ele parece oferecer uma contribuição insignificante, quando comparamos os números de participantes do conjunto total das pesquisas destacadas. No entanto, o procedimento metodológico adotado pelos autores potencializou o aprofundamento no diálogo com os estudantes. E, neste aspecto, a pesquisa atingiu resultados diferenciados.

Melo e Leonardo (2019) direcionaram as entrevistas para a compreensão dos sentidos que os estudantes atribuem ao Ensino Médio, e adotaram como referenciais teóricos para a interpretação das respostas, as ideias de Vigotski e Leontiev sobre as relações entre a educação escolar e a construção de subjetividades. Seguindo esta perspectiva teórica, os autores constataram que alguns estudantes consideram o ingresso no Ensino Médio como uma “vitória” e como um fator de diferenciação em relação aos demais membros da família.

Apesar de reconhecerem a importância de avançar na escolarização, os estudantes entrevistados apresentaram dificuldades para formular uma resposta quando foram questionados sobre qual a importância dos conteúdos aprendidos no Ensino Médio. Dos oito participantes, “cinco estabeleceram uma relação direta entre conteúdos aprendidos e utilidade na vida diária, em questões práticas e simples do cotidiano, [...]”. Um deles disse não ver sentido nos conteúdos, e dois “não conseguiram nem mesmo estabelecer essas relações e deram respostas vagas, dizendo novamente que o ensino médio será importante no futuro, mas sem explicar o porquê [...]” (Melo; Leonardo, 2019, p.07).

As dificuldades que os 08 estudantes entrevistados por Melo e Leonardo apresentaram para responder sobre a importância dos conteúdos estudados no Ensino Médio não é um assunto de pouca importância. Pelo contrário: elas sinalizam o problema do distanciamento entre as intencionalidades da educação escolar e o público atendido. Prejudicada por este distanciamento a educação escolar perde potencialidade e corre o risco de ser percebida como “uma ação, realizada para atingir o objetivo de conseguir notas nas provas e nos processos seletivos.” (Melo; Leonardo, 2019, p. 07).

Zimmermann e Socorro (2020) também envolveram poucos estudantes na sua pesquisa. Os autores do artigo 11, realizaram entrevistas com 11 jovens Matriculados no Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), no município de Coxim (MS). Deste conjunto de participantes, os autores analisaram relatos de 04



jovens, sendo 02 “desistentes” e 02 estudantes que estavam cursando o Ensino Médio, durante os anos de 2016 e 2018.

Intencionalmente, os autores formaram um conjunto diversificado nas suas experiências de escolarização e nas suas percepções sobre o Ensino Médio. Resistindo ao hábito de interpretar os jovens como um coletivo homogêneo, e usando a História Oral Temática como referencial teórico, Zimmermann e Socorro destacaram as particularidades de cada entrevistado. Os “desistentes” relataram os seus motivos e narraram experiências de aprendizado decorrentes da passagem pelo Ensino Médio Integrado. Os dois jovens que estavam frequentando o curso, relataram as dificuldades encontradas no IFMS e falaram das expectativas geradas pelo Ensino Médio Integrado. No conjunto, as narrativas contemplam temas diversificados, dentre os quais, Zimmermann e Socorro (2020, p. 15) destacam

as dificuldades em conciliar trabalho e estudo; a autculpabilização e autorresponsabilização juvenil; o desejo juvenil da independência financeira; a angústia relativa ao excesso de reprovações; o paradoxo entre o cansaço com as atividades e a satisfação com as relações estabelecidas na escola; os embates entre os jovens e a escola; e, também, as possibilidades de desenvolvimento e protagonismo juvenil, mediante iniciativas de ensino diversificadas.

Os temas supracitados podem ser encontrados em diversas pesquisas que abordam o Ensino Médio na perspectiva dos jovens. Isto nos permite inferir que existe um tipo de repertório em comum no discurso dos jovens que cursam o Ensino Médio em instituições públicas. No entanto, o repertório em comum não diminui a importância de opiniões, percepções e expectativas que são singulares. Explorar as singularidades – exercitando o que Dubet (1994) chama de “sociologia da experiência” – parecer ser uma das preocupações recorrentes nas pesquisas que localizamos na plataforma SciELO.

Oliveira e Silva (2021), autoras do artigo 12, expressaram esta preocupação quando realizaram uma pesquisa com jovens matriculados no Ensino Médio integrado numa escola pública da rede estadual de Pernambuco. Inicialmente, as autoras aplicaram um questionário para 27 estudantes de uma turma do último ano; e, posteriormente, reduziram o conjunto de participantes e realizaram entrevistas com 12 jovens que responderam ao questionário, destes, 07 eram do “sexo masculino” e 05 “do sexo feminino” (Oliveira; Silva, 2021, p. 1.267).

Com base relatos coletados durante as entrevistas, os autores constataram que os jovens do Ensino Médio atribuem um alto valor às relações interpessoais vivenciadas no ambiente escolar e consideram como positivas a construção de amizades, a convivência com os professores e práticas como “trocas de ideias e informações” e “debates”. Os



autores também enfatizam que os jovens valorizam situações em que os professores proporcionam a sensação de que eles são participantes do processo de aprendizagem. Segundo Oliveira e Silva (2021, p. 1.273), eles “reconhecem quando a escola se mobiliza no sentido de estruturar novas dinâmicas de aprendizagem, nas quais eles são vistos não como ameaças, mas como sujeitos ativos no processo de construção de suas identidades.” No que diz respeito ao papel da escola na construção do Projeto de Vida dos jovens, a posição deles é ambígua: reconhecem a contribuição da instituição escolar, mas atribuem pouco valor as práticas de ensino e aos conteúdos disciplinares transmitidos pela escola. No sentido oposto, o papel da família na construção do Projeto de Vida foi considerado como relevante pela maior parte dos entrevistados.

O interesse dos jovens do Ensino Médio por situações de aprendizado que possibilitem sua participação e que fomentem a discussão de assuntos que eles consideram importantes foi abordado no artigo 13 do Quadro 01. Neste, Silva, Leite e Pontes (2024) investigaram as percepções de jovens matriculado em nove escolas do Ensino Médio de São Paulo sobre o problema do assédio no ambiente escolar.

A pesquisa que originou o artigo 13 foi iniciada em 2019. O procedimento metodológico adotado incluiu, além de observações do cotidiano escolar e do movimento de apresentação da pesquisa para gestores, professores e estudantes, a aplicação de um questionário que foi respondido por 717 estudantes entre 16 e 19 anos de idade. A partir das respostas registradas no questionário, das observações realizadas em lócus e dos relatos registrados no diálogo com os estudantes, as autoras constataram que o assédio sexual se manifesta de diferentes formas no ambiente escolar, e em determinadas situações, envolve professores e familiares de aluno.

Os dados coletados evidenciam que a crítica ao problema do assédio é mais recorrente e mais acentuada entre as estudantes do gênero feminino. Estas críticas contemplam, além das situações de assédio, “a regulação das vestimentas das jovens” e a resistência da instituição escolar em atacar o problema. Na opinião das jovens estudantes,

a despeito das práticas sexistas, de importunação e abuso, o assédio se prolonga devido ao descrédito que enfrentam quando denunciam tais situações. As escolas tenderiam a classificar queixas, denúncias e reivindicações como “exagero” ou “drama”. Do ponto de vista das estudantes, portanto, as experiências de assédio associam-se às discriminações sofridas por serem mulheres. (Silva; Leite, Pontes, 2024, p. 08)

O posicionamento das jovens estudantes que participaram da pesquisa de Silva, Leite e Pontes sugere a existência de uma crescente insatisfação feminina com a ocorrência do assédio no ambiente escolar. Esta insatisfação coexiste com a percepção de



que a escola, através da normatização da vestimenta feminina e do “descrédito” atribuído às denúncias, se torna corresponsável pelo assédio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo analisamos um conjunto de 13 publicações localizadas no banco de dados da SciELO a partir dos descritores “jovens” e “Ensino Médio”. As publicações procedem de diferentes localidades do Brasil, abrangem o hiato de tempo entre 2001 e 2024 e foram produzidas por grupos de pesquisadores inseridos – parcialmente ou integralmente – em Programas de Pós-Graduação. No nosso entendimento, o conjunto de artigos que localizamos oferece pistas para a compreensão de como a Pós-Graduação pesquisa a escolarização dos jovens no Ensino Médio.

A revisão bibliográfica realizada permitiu identificar alguns eixos temáticos centrais, dentre os quais destacamos (i) as múltiplas relações que os jovens estabelecem entre trabalho e estudo; (ii) a preocupação com a situação financeira da família; (iii) suas expectativas de futuro; (iv) o papel da família no prolongamento da escolarização; (v) as percepções que formulam sobre o Ensino Médio; e (vi) os aspectos positivos e negativos do ambiente escolar. Além destes eixos presentes em diversos artigos, importa ressaltar que o conjunto representado no Quadro 01 também contempla temas que, em oposição aos “centrais”, podem ser denominados como “periféricos”. Este é o caso do assédio no ambiente escolar; do sofrimento vivenciado pelos jovens que não conseguem atingir o rendimento necessário para aprovação; e do impacto que a ampliação da carga horária do Ensino Médio provocou na vida dos jovens.

Em linhas gerais, as pesquisas que originaram os artigos do Quadro 01, apesar de serem distintas nos procedimentos metodológicos, diversificadas no público participante e procedentes de diferentes localidades do Brasil, reconhecem importância da escola como um espaço de sociabilidade juvenil e nos permitem inferir que os jovens estabelecem uma distinção entre o aprendizado escolar previsto no Currículo e as experiências de aprendizado construídas no convívio com outros estudantes e nas interações com os professores. Geralmente, eles atribuem maior valor para o segundo tipo de aprendizado.

Pensando na heterogeneidade dos jovens que cursam o Ensino Médio no Brasil e sem perder de vista as disparidades demográficas, culturais e socioeconômicas que existem entre as capitais estaduais e as pequenas cidades do interior, surpreende a ausência de estudos comparativos no conjunto de artigos que analisamos. Surpreende também a sub-representação de pesquisas com jovens que cursam o Ensino Médio na EJA



e ausência total de pesquisas com jovens da rede privada de ensino. Neste sentido, acreditamos que o artigo oferece pistas para nichos que demandam maior atenção dos investigadores.

Para finalizar, consideramos pertinente ressaltar que os artigos analisados evidenciam o crescente interesse da Pós-Graduação pelo diálogo com os jovens do Ensino Médio, e, simultaneamente, são indicativos de que este tipo de diálogo é essencial para construir uma compreensão mais ampla sobre os interesses e fatores que influenciam na escolarização dos jovens que cursam a etapa final da Educação Básica.

REFERÊNCIAS

ANPEd. **Ensino Médio: o que as pesquisas têm a dizer?** Subsídios para a consulta pública. Relatório Final. Rio de Janeiro, junho 2023. Disponível em: https://legado.anped.org.br/sites/default/files/images/relatorio_final_-_seminarios_anped_ensino_medio_-_o_que_as_pesquisas_tem_a_dizer_-_aprovado_28-06.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens PROJOVEM. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 jul. 2005a.

BRASIL. **Decreto n. 5.557, de 5 de outubro de 2005**. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens PROJOVEM. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 out. 2005b.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 nov. 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de out. 2011, seção 1.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, Ed. Extra.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 de fev. 2017.

BRITO, Murillo Marschner Alves de. **A dependência na origem: desigualdades no sistema educacional brasileiro e a estruturação social das oportunidades**. 2014. Tese de Doutorado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-02102014-182644/publico/2014_MurilloMarschnerAlvesDeBrito_VCorr.pdf. Acesso em: 05 out. 2024.

CORREA, Lycinia Maria; CUNHA, Maria Amália de A. A política educativa e seus efeitos nos tempos e espaços escolares: a reinvenção do Ensino Médio interpretada pelos jovens. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.34, p. 01-30, 2018. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/edur/a/Prr96YVRv3HyMfWnr7DwdxJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 out. 2024.

DAYRELL, Juarez. A Escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007
Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJfSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2024.

DAYRELL, Juarez. Juventude e Escolarização: os sentidos do Ensino Médio. **TV Escola. Salto para o futuro**. Secretaria da Educação a Distância, Ministério da Educação, Brasília, DF, ano XIX, boletim 18, 2009. Disponível em:
<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012176.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa; NOVAES, Gláucia Torres Franco Os jovens do Ensino Médio e suas representações sociais. **Cadernos de Pesquisa**, nº 112, março/ 2001.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/B3KttKbFS6cCFjGpPKjzt7d/> Acesso em: 17 out. 2024.

GIL, Carmem Zeli Vargas; STEFFNER, Fernando. Dois Monólogos Não Fazem um Diálogo: jovens e ensino médio. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 175-192, jan./mar. 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edreal/a/Fc4McyTcCyY5zxMGDShvY6d/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2024.

KRAWCZYK, Nora; SILVA, Cássio José. O. Desigualdades educacionais no ensino médio brasileiro: uma análise de perfil socioeconômico de jovens que realizaram o exame nacional do ensino médio. **Sensos-e**, [s. l.] v. 4, n. 1, p. 12-23, 2017. Disponível em:
<https://parc.ipp.pt/index.php/sensos/article/view/2253>. Acesso em: 12 out. 2024.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.1, p. 31-48, jan./abr. 2006. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/BTtCp6THPYXGqHqMDsjLxJh/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 12 out. 2024.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. Juventude, Projetos de Vida e Ensino Médio. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, out./dez. 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/Jr9sGWbKhNRCFwFBMzLg34v/> Acesso em: 12 out. 2024

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papiрус, 1989.

MELO, Letícia Cavalieri Beiser de; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. Sentido do ensino médio para estudantes de escolas públicas estaduais. **Psicologia Escolar e Educacional**, v.23, p. 1-9, 2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pee/a/7Hp9kkdFqqd599fKFJCQWPq/>. Acesso em: 05 out. 2024.



NASCIMENTO, Ivany Pinto. Educação e Projeto de vida de adolescentes do ensino médio. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 31, p. 83–100, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/4328>. Acesso em: 05 out. 2024.

OLIVEIRA, Ramon de; SILVA, Amanda Félix da. Projetos de Vida no Ensino Médio: o que os jovens nos disseram? **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n.3, p. 1263-1286, jul./set. 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-38762021000301263&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 out. 2024.

PAIS, José Machado. Máscaras, jovens e “escolas do diabo”. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 7-21, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8XtsHBPKSgsgCVKfkQHb6j/abstract/?lang=pt> Acesso em: 05 out. 2024.

PEREIRA, Angélica Silvana; REIS, Rosemeire. Olhares cruzados sobre ser jovem e estudante do ensino médio: contextos, experiências e reflexões. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 35, p. 157-172, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/4315> Acesso em: 05 out. 2024.

REIS, Rosemeire. Experiência escolar de jovens/alunos do ensino médio: os sentidos atribuídos à escola e aos estudos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 03, p. 637-652, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/NfHmcJsWShXHqqtYTWq8H7R/>. Acesso em: 05 out. 2024.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIASA, Maria; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. Desenvolvimento da Identidade em Adolescentes Estudantes do Ensino Médio. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 22 (3), 326-333, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/79tPzJPS8XyZj3wkGCnyncK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 out. 2024

SILVA, Monica Ribeiro da. Ampliação da obrigatoriedade escolar no Brasil: o que aconteceu com o Ensino Médio? **Ensaio: aval. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 28, n.107, p. 274-291, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/mqfqFrxbKWWpcjhwrGNqsgn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 05 out. 2024.

SPOSITO, Marília Pontes; GALVÃO, Izabel. A experiência e as percepções de jovens na vida escolar na encruzilhada das aprendizagens: o conhecimento, a indisciplina, a violência. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 22, n. 02, p. 345-380, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9649> Acesso em: 05 out. 2024.

ZIMMERMANN, Tânia Regina; SOCORRO, Anselmo Silva. Trajetórias escolares no Ensino Médio Integrado: uma análise da atribuição de sentidos de jovens estudantes por meio da história oral temática. **Rev. educ. PUC-Camp.**, Campinas, 25, p. 01-16, 2020. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/4581>. Acesso em: 05 out. 2024.

